

Marielle Gigante: A Narrativa de um Crime Político no *Jornal Nacional* da TV Globo

Lise Chiara

Doutoranda em Mídia e Cotidiano na Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora substituta na Faculdade de Comunicação Social da mesma instituição.

E-mail: lisechiara6@gmail.com

Marcelo Kischinhevsky

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde dirige o Núcleo de Rádio e TV. Doutor em Comunicação e Cultura pela mesma instituição e bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: marcelok@forum.ufrj.br

Resumo: Este artigo busca realizar uma análise televisual da narrativa do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, tomando como corpus 15 edições do telejornal líder de audiência no país, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, no mês de março de 2018. No percurso narrativo, o telejornal construiu a imagem de uma “Marielle gigante”, transformando a vereadora em uma heroína e distanciando-a do mundo real. Constatou-se que a construção narrativa do acontecimento teve a dupla função de estreitar vínculos com parcelas da audiência e de resgatar o papel de mediação do telejornalismo. Contudo, até a data da morte, a emissora não havia concedido espaço para a vereadora e sua atuação política no Rio, assim como reproduziu o silenciamento de sujeitos defendidos pela parlamentar.

Palavras-chave: telejornalismo, narrativa, análise televisual, *Jornal Nacional*, Marielle Franco.

Marielle Gigante: La Narrativa de un Crimen Político en el *Jornal Nacional* de TV Globo

Resumen: Este artículo busca realizar un análisis televisual de la narrativa del asesinato de la concejala de Río de Janeiro Marielle Franco, tomando como corpus 15 ediciones del principal noticiero de televisión en el país, el *Jornal Nacional*, de Rede Globo de Televisão, en el mes de marzo de 2018. En la narrativa, se construyó la imagen de una “Marielle gigante”, transformando a la concejala en una heroína y alejándola del mundo real. Se descubrió que la construcción narrativa del evento tenía la doble función de fortalecer los lazos con la audiencia y de rescatar el papel de mediación del periodismo televisivo. Sin embargo, hasta la fecha de su muerte, la emisora no había dado espacio a la concejala y sus actividades políticas en Río, así como reproducía el silenciamiento de temas defendidos por la parlamentaria.

Palabras clave: teleperiodismo, narrativa, análisis televisual, *Jornal Nacional*, Marielle Franco.

Giant Marielle: The Narrative of a Political Crime in TV Globo's *Jornal Nacional*

Abstract: This article seeks to perform a televisual analysis of the narrative of the murder of Rio councillor Marielle Franco, taking as corpus 15 issues of the leading television news program in the country, the *Jornal Nacional*, of Rede Globo de Televisão, in March 2018. Along the way, the news program built the image of a “giant Marielle”, transforming the councilwoman into a heroine and distancing her from the real world. It found that the narrative construction of the event had the dual function of strengthening ties with audience shares and rescuing the mediation role of television journalism. However, until the date of her death, the station had not given space to the councillor and her political activities in Rio, and reproduced the silencing of subjects defended by the parliamentarian.

Keywords: telejournalism, narrative, televisual analysis, *Jornal Nacional*, Marielle Franco.

O horário nobre já havia passado quando a notícia do assassinato da quinta vereadora mais votada nas eleições municipais de 2016 no Rio de Janeiro chegou às redações da mídia de referência. Negra, declaradamente homossexual, nascida e criada no complexo de favelas da Maré, Marielle Franco havia sido morta a tiros numa emboscada quando passava de carro pelo Estácio, bairro central do Rio, na noite do dia 14 de março de 2018. No ataque, seu motorista, Anderson Pedro Gomes, também morreu baleado.

Imediatamente, a repercussão do crime, considerado político pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio, tomou o noticiário e as mídias sociais, que operam nos últimos anos como uma segunda tela. Às 23h50, pouco mais de duas horas após o assassinato, o Twitter já registrava 590 mensagens por minuto sobre o assunto. Na manhã seguinte, alcançou os *trending topics* (lista dos temas mais comentados) no Brasil. Segundo levantamento realizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV Dapp) (“Morte de Marielle Franco...”, 2018), o crime foi objeto de 1,16 milhão de menções no Twitter entre às 22h de 14 de março e às 16h de 16 de março.

No mesmo período, houve significativo engajamento nas postagens sobre o caso também no Facebook. O levantamento da FGV Dapp (“No Facebook...”, 2018) registrou 427,1 mil reações a 816 postagens em páginas de veículos de imprensa, perfis institucionais e de figuras públicas. As redes sociais serviram de espaço para mobilização e convocação de vigílias e manifestações, realizadas em diferentes cidades do país. As hashtags sobre Marielle Franco organizaram as interações nas mídias sociais e, em meio à forte circulação das chamadas fake news, estabeleceu-se uma disputa discursiva em torno do crime e da própria trajetória da vereadora.

O assassinato tornou-se um acontecimento midiático de repercussão internacional, pivô de uma disputa entre narrativas, contrapondo parcela significativa do jornalismo profissional às mídias sociais, em que circularam campanhas de desinformação visando difamar a vereadora e seu trabalho.

Marielle Franco, eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), era socióloga, com mestrado em Administração Pública. Em sua trajetória política, esteve à frente de lutas contra o preconceito de gênero, contra o racismo, a violência policial e a atuação de milícias. Mas sua principal bandeira era a defesa dos direitos humanos, militância iniciada após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré, um dos maiores conjuntos de favelas da América Latina. Na Câmara de Vereadores, Marielle era relatora da comissão especial criada para acompanhar as operações da intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro, decretada pelo então presidente Michel Temer, logo após o carnaval, em 16 de fevereiro de 2018. A intervenção federal vinha sendo um dos principais alvos de suas críticas em pronunciamentos políticos.

A pergunta “quem matou Marielle Franco?” – depois adaptada para “quem mandou matar?”, com a prisão de dois suspeitos – tornou-se onipresente na mídia de referência e nas redes online. Quatro anos depois, as perguntas ainda ressoam nas mídias sociais, embora o assassinato, enquanto acontecimento jornalístico, tenha desaparecido dos telejornais, retornando às manchetes apenas ocasionalmente.

Advoga-se neste artigo que, apesar do forte fluxo de informações circulando nas mídias sociais, o telejornalismo desempenhou papel central na construção narrativa do acontecimento, reverberando-o em diversas instâncias políticas, agenciando a indignação de parcelas significativas da audiência e buscando sancionar narrativas em torno do crime, associado à ação de milícias no Rio. Para tanto, recorreremos à metodologia de análise televisual de Beatriz Becker (2012) para desenvolver uma leitura crítica da narrativa construída para o caso no telejornal de maior audiência no Brasil: o *Jornal Nacional (JN)*, da Rede Globo de Televisão.

Apesar da multiplicidade de telas em dispositivos digitais e do crescimento da oferta de conteúdo via internet, a televisão ainda mantém centralidade como fonte de informação no Brasil. Segundo o anuário *Mídia Dados 2019* (Grupo de Mídia

São Paulo, 2019), que traça um panorama dos meios de comunicação, a TV alcança 88% da população do país em um período de 30 dias, enquanto a penetração das mídias sociais chega a 83%.

Nesse contexto, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, destaca-se como o mais importante produto informativo das emissoras de canal aberto. Entre os dias 12 e 18 de março de 2018, semana em que ocorreu o assassinato da vereadora, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) (<https://bit.ly/3kKixjF>) registrou que o telejornal foi o segundo programa mais assistido em 15 capitais brasileiras, ficando atrás apenas da telenovela exibida na faixa de 21h pela mesma emissora. O *JN* alcançou média de 31,4 pontos de audiência. Ainda de acordo com o Ibope, cada ponto de audiência no ano de 2018 equivalia a 248.647 domicílios e 693.786 pessoas. Ou seja, em apenas uma noite, a notícia do assassinato de Marielle Franco veiculada pelo telejornal da Rede Globo chegou a 21,8 milhões de brasileiros. Assistir ao *JN*, portanto, permanece como uma prática diária de consumo midiático para parcela significativa dos brasileiros.

Embora tenhamos clareza de que o telespectador não é um receptor passivo diante das mensagens transmitidas pelas emissoras de TV, compreendemos que o telejornal funciona como um guia de referência para os principais acontecimentos do país e do mundo, além de contribuir para a produção de sentidos. François Jost (2009) sustenta que a audiência tem certa expectativa quanto à verdade dos fatos apresentados na tela, esperando que a televisão fale sobre o mundo em que ela vive.

Por isso, indagamos: como o *JN* narrou o assassinato da vereadora Marielle Franco? De antemão, observamos que o noticioso exibiu uma extensa cobertura sobre o fato, que ganhou destaque na hierarquização das notícias se comparado a outros acontecimentos da época.

Trabalhos acadêmicos anteriores abordaram a cobertura da morte de Marielle Franco no *Jornal Nacional* com enfoque na representação do negro (Oliveira, 2018), na representação social de gênero (Coutinho & Marino, 2019) ou no impacto gerado na agenda pública (Santos & Bandeira, 2019). A produção de sentidos em torno da parlamentar foi discutida em uma análise cultural comparativa do *Jornal Nacional* e do Fantástico (Bertoni, 2018). A proposta deste artigo, no entanto, tem escopo distinto, buscando compreender as estratégias enunciativas utilizadas pelo telejornalismo para construção da imagem de uma representante de minorias sociais.

Torna-se pertinente ainda considerarmos o momento histórico, além dos aspectos políticos e culturais em torno do crime, visto que condicionam o tratamento da notícia e a construção da narrativa. O assassinato aconteceu em um período de intensa polarização política da sociedade. A vereadora era uma representante de minorias sociais e lutava por transformação social e igualdade de direitos, enquanto o jornalismo profissional tende a funcionar como instância legitimadora do *status quo*. Para Berger e Luckmann (2012), o mundo institucional exige legitimação e a imprensa cumpre esse papel, explicando-o e justificando-o. Paralelamente, a internet avança em sua penetração na sociedade. Os usos e as apropriações das mídias sociais, vistas como uma segunda tela, transformam-nas em campo de batalha na produção de sentidos.

Contudo, este estudo – parte de pesquisa mais ampla realizada em nível de mestrado pela primeira autora, sob orientação do segundo autor – não tem a intenção de se inserir no debate sobre a suposta perda de credibilidade do jornalismo profissional, nem identificar os efeitos das mensagens no campo da recepção de telejornais. O objetivo é entender o modo como a narrativa do crime foi construída no *Jornal Nacional*, incluindo sua estrutura, formas de enunciação e, principalmente, as articulações entre os diversos elementos audiovisuais na produção de sentidos, visto que o telejornal opera com linguagem verbal e não-verbal.

O Texto do Telejornal

Os estudos sobre televisão revelam que, além dos aspectos tecnológicos, este meio de comunicação configura-se como uma atividade cultural. Para Raymond Williams (2016), a televisão tanto incorpora aspectos culturais já existentes como também é capaz de conformar novas referências culturais. Contudo, o pesquisador inglês tratou

a inter-relação entre os produtos exibidos pela TV como um processo de sustentação do próprio meio (Fechine, 2013). A grade de programação seria planejada para atrair audiência, constituindo-se de uma série de programas transmitidos em sequência. Por sua vez, cada programa estimula o telespectador a assistir ao próximo da sequência, em um ciclo contínuo que tende a sustentar a audiência em toda a programação, como um feedback. “O que está sendo exibido não é, nos antigos termos, uma programação de unidades separadas com inserções específicas, mas um *fluxo planejado* [ênfase adicionada]” (Williams, 2016, p. 100).

Os programas televisivos funcionariam, assim, como unidades articuladas atuando em conjunto. Becker (2019) destaca, entretanto, que a televisão se expandiu para outras plataformas, fazendo que a ideia do fluxo contínuo se tornasse obsoleta. Acrescentamos ainda que os programas televisivos são integrantes de um contexto cultural, apresentam tipos textuais e gêneros distintos, o que permite a cada um deles ter o próprio modo de se comunicar com a audiência, e por isso podem ser analisados separadamente (Machado, 2003).

Compreendemos por gênero o conjunto de agentes que organizam e padronizam os enunciados em determinada esfera de comunicação. Os gêneros discursivos assumem, assim, um princípio normativo do uso da linguagem. Porém, são categorias flexíveis, mutáveis e heterogêneas, assim como a própria atividade humana (Machado, 2003).

Cabe ressaltar ainda o caráter dialógico, visto que os gêneros discursivos pressupõem interação entre emissor e receptor, ambos com o poder de atribuir significados aos enunciados (Bakhtin, 1997). O discurso é, portanto, construído para um interlocutor. No âmbito da televisão, os gêneros podem ser compreendidos como “modos de trabalhar a matéria televisual” (Machado, 2003, p. 70). Esses modos determinam os tipos de enunciados, permitindo ao telespectador identificar as categorias em que se insere cada programa.

Desta forma, entendemos que o telejornal se estabelece como um gênero discursivo, pois é um modo de operar os elementos audiovisuais, construindo um discurso com palavras, imagens e sons. Também assume caráter dialógico ao falar para uma audiência, além de apresentar tipos de enunciados específicos que são reconhecidos por grande parte dessa mesma audiência. A partir de critérios defendidos por François Jost para classificar os tipos de enunciados na televisão, Yvana Fechine (2013) entende que o telejornal recorre a um modo de enunciação *autentificante*, cujo objeto representado pode ser verificado no mundo real, ou seja, o telejornal apresenta um discurso que afirma constantemente sua verossimilhança e busca se apresentar como uma representação fiel da realidade.

No gênero discursivo do telejornal, a tipologia textual predominante é a narrativa. No entanto, esta não é construída só com palavras: abrange uma variedade de enunciações verbais e não verbais. Desta maneira, podemos entender que o telejornal apresenta um grande texto audiovisual, em que a imagem está inclusa e deve ser compreendida como elemento da mensagem.

Ao contrário da linguagem verbal, as imagens não podem ser classificadas num dicionário. São constituídas como os comportamentos, as atitudes, e os gestos de certa fluidez, formas, cores e enquadramentos, o que as torna difíceis de descrever e interpretar. (Becker, 2012, p. 239)

Becker (2012) ressalta ainda que uma leitura crítica da complexidade do grande texto audiovisual abrange também o contexto em que ele é produzido. Nesse sentido, que grande narrativa foi construída pelo telejornalismo em torno do assassinato da vereadora Marielle Franco, em um contexto de polarização da sociedade brasileira?

A Narrativa do *Jornal Nacional* sobre a Morte de Marielle Franco

Para examinar a narrativa do telejornal e suas enunciações em torno da execução da vereadora Marielle Franco, adotamos a metodologia de Análise Televisual (AT), proposta por Becker como forma de leitura crítica de conteúdos noticiosos que utilizam a linguagem audiovisual.

Estudar a linguagem televisiva significa analisar o modo como a televisão produz sentidos combinando imagens, palavras e outros elementos da narrativa audiovisual, assim como as regras estabelecidas no texto para as relações entre produtores e receptores. (Becker, 2012, p. 242)

O método indica as etapas de pesquisa e procedimentos que devem ser seguidos para levantar dados e desvelar o processo de construção de sentidos – ao menos como planejado na esfera da produção. As etapas da AT equivalem à descrição, à análise e à interpretação das enunciações do grande texto audiovisual. A segunda fase, da análise propriamente dita, abrange levantamento de caráter quantitativo, com seis categorias básicas (estrutura do texto, temática, enunciadores, visualidade, som e edição), e qualitativa, com três princípios de enunciação (fragmentação, dramatização e definição de identidades e valores). A seguir, apontamos o que foi encontrado a partir da aplicação da metodologia proposta.

Descrição do Objeto

Acompanhamos todas as 15 edições do *Jornal Nacional* que foram ao ar em março de 2018, a partir do dia seguinte ao assassinato da vereadora Marielle Franco. A íntegra dos telejornais, exibidos na Rede Globo de Televisão, está disponível no site Globoplay.

Transmitido de segunda a sábado há cinco décadas, o *JN* é o principal telejornal brasileiro. No site Memória Globo, o programa é descrito da seguinte forma:

O Jornal Nacional é o principal telejornal em rede da Globo. Tem cerca de 45 minutos de duração e faz a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo. Pautado pela credibilidade, isenção e ética, e apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos, o *JN* é líder de audiência no horário nobre. Criado em 1º de setembro de 1969, tornou-se o primeiro telejornal do país a ser transmitido em rede nacional. (“História”, 2022)

Observamos que a descrição acima revela três compromissos subjetivos do programa: credibilidade, isenção e ética. A página sobre os princípios editoriais do jornalismo do Grupo Globo acrescenta que “. . . defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza” (“Princípios Editoriais...”, 2011).

Apesar de tais valores na linha editorial, o *Jornal Nacional* adotou em sua história uma posição conservadora para preservar as relações de poder. Pressionado pela opinião pública, apresentou, em agosto de 2013, o reconhecimento do Grupo Globo de que errou ao apoiar o golpe militar de 1964. No entanto, esteve atrelado a governos subsequentes.

Além disso, o *JN* não havia exibido, até a execução de Marielle Franco, qualquer entrevista, reportagem ou imagem da vereadora que defendia os direitos humanos. Por isso, o telejornal precisou recorrer a vídeos amadores e imagens cedidas por terceiros para atuar na cobertura do assassinato.

Análise Televisual: Uma Leitura Crítica do Telejornal

A metodologia utilizada aponta os elementos do audiovisual a serem examinados em seis categorias básicas e três princípios enunciativos, que aplicamos às edições do *Jornal Nacional* compreendidas entre os dias 15 e 31 de março de 2018, destacando aqui os principais aspectos quantitativos e qualitativos encontrados no percurso metodológico.

Estrutura do Texto

Na primeira fase da análise, examinamos o modo como o *Jornal Nacional* se apresentou, a formatação das notícias, a organização dos conteúdos, a divisão em blocos e a duração, levando em consideração o tema da morte de Marielle Franco.

Nos 15 dias que acompanhamos, o telejornal apresentou a seguinte divisão: escalada com as manchetes dos principais assuntos de cada edição, seguida de três a cinco blocos, os dois primeiros compostos pelas principais notícias anunciadas na escalada, e o encerramento, com a trilha sonora tema do produto. O assassinato da vereadora e seus desdobramentos ocuparam duas escaladas inteiras e foram citados em outras sete, ou seja, foram manchete de nove edições, mais da metade do total analisado. O mesmo destaque foi observado na organização dos conteúdos nos blocos. O crime foi noticiado por 11 dias nos blocos de maior relevância (73% do total examinado), sendo sete vezes no primeiro bloco e quatro no segundo.

Quanto aos formatos das notícias, observamos reportagens extensas com detalhes dos fatos, notas cobertas mais curtas (em que a notícia é lida pelos apresentadores enquanto as imagens são exibidas), notas secas (notícias sem imagens lidas pelos apresentadores), entrevista, sonoras (só um trecho de uma entrevista editada) e entradas ao vivo de repórteres. A morte de Marielle Franco foi assunto de 29 reportagens e citada em outras duas. O telejornal também tratou do acontecimento em três entradas ao vivo, uma nota coberta e sete notas secas.

O tempo de produção do programa variou entre 34 e 58 minutos durante o período deste estudo. As primeiras edições logo após o assassinato da vereadora foram praticamente temáticas. No dia 15, o crime em questão ocupou 75% do tempo total de produção e, no dia seguinte, 60,2%. Destacamos ainda outras três edições: no dia 17, o noticioso dedicou 33,6% do tempo às informações sobre o assassinato; no dia 19, 46,7%; e, no dia 20, 41,8%.

Temática

Relacionamos os conteúdos privilegiados, identificando as editorias que mais se destacaram no telejornal no período do estudo. Como nosso interesse é o tratamento da notícia sobre a execução de Marielle Franco, deixamos estrategicamente este tema fora das editorias, listando-o separadamente. Com isso, percebemos que esta notícia foi o segundo tema mais presente no *JN*. O assunto foi tratado em 21% do tempo total das edições, ficando pouco atrás da editoria de política, que teve 23,4%, e à frente da editoria internacional, com 8%, e de polícia, com 6,9%. Apenas a edição do dia 31 de março não exibiu notícia relacionada à morte da vereadora. Diante do contexto histórico, também separamos, a título de comparação, as notícias sobre a intervenção federal militar no Rio de Janeiro, apresentadas em apenas 2,2% do tempo de produção total das 15 edições, ficando atrás de previsão do tempo, esportes e meio ambiente. Outros temas como cultura, serviço, saúde, desastres naturais, eleições, cidades, religião, economia e educação também foram tratados pelo telejornal, no entanto, não tiveram mais de 2% cada um.

Os resultados quantitativos da aplicação das categorias estrutura de texto e temática reforçam a percepção de que o *Jornal Nacional* deu significativa ênfase à cobertura jornalística da morte de Marielle Franco, tanto na seleção quanto na hierarquização das notícias.

Enunciadores

Identificamos nesta terceira categoria as diferentes vozes presentes e ausentes na narrativa. Consideramos também a forma como os apresentadores e repórteres expuseram o texto. Em todas as edições em que a execução da vereadora foi notícia, os apresentadores leram os textos diante da câmera, com entonação de voz e fisionomia que expressavam seriedade e consternação. Os repórteres também mantiveram postura clássica diante das câmeras. O enquadramento usado na maioria das “passagens” (quando o repórter aparece falando no vídeo) foi o plano americano, mais tradicional, que mostra a imagem dos jornalistas da cintura para cima. A exceção foi o repórter Danilo Vieira, que apareceu sentado nos degraus do Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal, e caminhou em direção ao cinegrafista, em uma reportagem de 16 de março de 2018. Neste caso específico, o repórter adotou uma postura menos conservadora para apresentar um texto diferenciado, com certa licença poética.

Com relação aos atores sociais, percebemos que o telejornal ouviu 27 autoridades, nove representantes de entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados, além de cinco artistas e intelectuais que comentaram o crime e a relevância das atividades da vereadora. Ao todo, foram 41 entrevistados que já costumam ser fontes dos meios de comunicação. Em menor número, o *JN* ouviu os relatos de outros 14 entrevistados, que eram parentes das duas vítimas, amigos e moradores do Complexo da Maré. Mais seis pessoas, selecionadas nas ruas para as entrevistas no estilo “povo-fala”, também participaram da narrativa. Como Marielle Franco se descrevia nas mídias sociais como “mulher, negra e cria da Maré”, além de se assumir publicamente como homossexual, buscamos as vozes destas minorias sociais nas reportagens exibidas. Entre as vozes acionadas pelo *JN*, encontramos 33 homens, 19 mulheres, sendo uma delas a companheira da vereadora, e uma pessoa trans. Também no total dos entrevistados, foram 41 brancos e 10 negros.

Constatamos, assim, que o *Jornal Nacional* abriu espaço para vozes frequentemente ausentes na mídia. Porém, tais falas estavam longe de uma representação proporcional. Nem mesmo quando a cobertura jornalística se referia a uma representante de minorias sociais, essas vozes prevaleceram na narrativa do telejornal.

Note-se ainda a ínfima participação de vozes populares no telejornal, coincidindo com resultados de pesquisas em outros meios, como a de Luãn Chagas (2019), que constatou a ausência de fontes populares nos principais radiojornais do país – exceto quando a pauta se voltava para trânsito ou violência urbana.

Visualidade

Consideramos a maneira como cenários e recursos visuais foram construídos, assim como as imagens usadas para contar a história. As reportagens foram anunciadas em estúdio, onde os apresentadores tinham, ao fundo do cenário, a projeção de fotografias das duas vítimas, fazendo que o telespectador identificasse de imediato o tema tratado, antes mesmo do início da leitura da notícia (Figura 1).



Figura 1: Bancada do *JN* com projeção de imagens das vítimas ao fundo (19/03/2018)

Verificamos também que o *Jornal Nacional* não utilizou imagens gravadas pelos profissionais da emissora para mostrar Marielle Franco. O telejornal recorreu a vídeos do acervo pessoal da própria vereadora, imagens cedidas pela TV Rio Câmara e fotografias. O trabalho dos repórteres-cinematográficos da emissora foi exibido nas reportagens e entradas ao vivo sobre as investigações policiais e as manifestações populares, incluindo imagens aéreas feitas por câmera acoplada a helicóptero.

Para compor a narrativa do crime, o telejornal utilizou ainda imagens captadas por celulares, vídeos de câmeras de segurança e de monitoramento de trânsito, imagens de arquivo, artes no estilo storyboard em simulações da sequência de eventos e recursos gráficos feitos em computador, além da reprodução de documentos. Observamos a frequência de *fade em black* (tela preta) na montagem das reportagens por apenas algumas frações de segundo no corte de uma imagem para outra. Ainda que praticamente imperceptível para o grande público, tal recurso visual imprimiu dramaticidade à narrativa.

O telejornal também recorreu à internet e às redes sociais, exibindo transcrições de postagens e textos de sites, mapas computadorizados com a base do Google Earth e

hashtags publicadas em mídias sociais. Uma das reportagens chegou a apresentar uma hashtag sobreposta a uma imagem (Figura 2) na edição de 15 de março de 2018, associada ao texto verbal “O Complexo da Maré, onde Marielle nasceu e foi criada, estava de luto”.



Figura 2: Panorâmica do Complexo da Maré com sobreposição de hashtag (JN – 15/03/2018)

A apropriação de elementos da linguagem da internet nas imagens indica interação do telejornal com as mídias sociais. Bruns (2011) defende que, na contemporaneidade, o jornalismo deve buscar nas plataformas digitais subsídios para a produção de notícias que mereçam destaque. Tal aspecto evidencia que o *Jornal Nacional* estava atento ao comportamento da sociedade, que se manifestou nas ruas e nas redes sociais online.

Som

Nesta categoria, relacionamos os elementos sonoros que participaram da construção de sentidos do grande texto audiovisual, incluindo sons ambientes, palavras, ruídos, trilha sonora e até o silêncio. O encerramento da primeira edição após o crime foi em silêncio, sem a tradicional trilha sonora tema do *Jornal Nacional*, o que demonstrou respeito às vítimas. O silêncio também foi um recurso usado no fim de algumas reportagens.

O sobe som de manifestantes gritando palavras de ordem como “Marielle, presente” e de aplausos reforçou a ideia de homenagem à vereadora. Já os sobe sons de um padre rezando no cemitério em reportagem do dia 15 de março e rajadas de tiros associadas à imagem de uma submetralhadora na edição de 19 de março ano enfatizaram a violência e o inesperado da morte. Aumentando ainda mais o tom dramático da narrativa, reportagens exibiram uma música sobre tristeza entoada pelo cantor Caetano Veloso e poemas recitados pelo pai de Marielle e por uma amiga escritora.

Edição

Descortinamos as montagens do conteúdo audiovisual para compreender como as combinações entre o texto verbal e a imagem foram acionadas para produzir sentidos.

A primeira edição do *Jornal Nacional* após o crime apresentou a repercussão da morte da defensora dos direitos humanos. A notícia de abertura no primeiro bloco destacou a mobilização popular. O jornalista William Bonner leu a notícia diante das câmeras: “Ao longo de toda essa quinta-feira, 15 de março, os brasileiros foram tomados por um sentimento de indignação de tal ordem que, no fim do dia, milhares de pessoas estavam nas ruas para deixar muito claro: os cidadãos de bem deste país exigem a investigação rápida e a punição exemplar dos assassinos”. Desta forma, o telejornal busca se posicionar, alinhando-se a parcela expressiva da opinião pública e, ao mesmo tempo, agenciar e capitalizar o sentimento de surpresa e indignação com o assassinato de uma jovem vereadora que nem sequer havia sido ameaçada de morte.

A combinação das imagens e palavras na montagem das reportagens salientou a deferência do *Jornal Nacional* à trajetória da parlamentar e o reconhecimento da gravidade do crime. Em 15 de março de 2018, a reportagem de Paulo Renato Soares valorizou a história da mulher que venceu na vida, exibindo as luzes da favela à distância: “Se a morte de Marielle teve a intenção de calar a mulher que *se fez ouvir além dos muros da favela* [ênfase adicionada], a partir de hoje a voz dela vai estar ainda mais presente” (Figura 3). Na mesma edição, a reportagem de Mônica Teixeira chegou a exagerar a capacidade de luta da vereadora, sem sequer mencioná-la diretamente, mas tendo sua imagem sorrindo ao fundo: “Uma voz contra *todo tipo de desigualdade e injustiça* [ênfase adicionada], calada violentamente” (Figura 4).



Figura 3: Repórter do JN na Maré (15/03/2018)



Figura 4: Marielle Franco (JN – 15/03/2018)

No dia seguinte, 16 de março, a reportagem de Danilo Vieira deu dimensão mais ampla ao caso, usando uma figura de linguagem no texto verbal (personificação) associada à imagem da bandeira nacional: “A democracia a meio mastro hoje veio pagar sua penitência” (Figura 5)

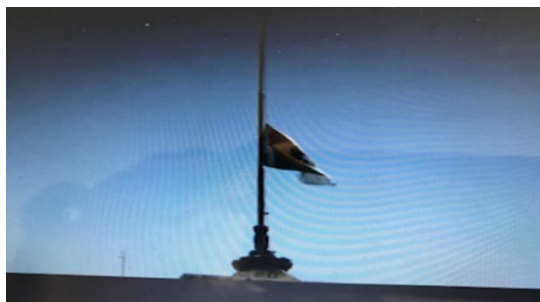


Figura 5: Bandeira nacional a meio mastro em sinal de luto na Câmara do Rio (JN – 16/03/2018)

Exercendo a função de mediação do jornalismo, o *Jornal Nacional* serviu de intermediário entre a audiência e o poder público, cobrando a elucidação do crime através da linguagem verbal e não verbal: “Em Buenos Aires, um dos cartazes em volta do obelisco perguntava: quem matou Marielle?” (Figura 6). Também criticou as falhas na gestão da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, como na reportagem de Carlos de Lannoy, na mesma edição, com imagens de cápsulas de balas ao redor do carro onde as vítimas foram executadas e o seguinte texto verbal: “As cenas de um crime sempre deixam pistas pra investigação. Mas no Rio, na maioria das vezes, elas não levam a lugar nenhum” (Figura 7).



Figura 6: Cartaz (JN – 20/03/2018)



Figura 7: Cápsula de bala (JN – 16/03/2018)

Observamos que a cobrança pelo esclarecimento do assassinato se repetiu em praticamente todas as edições analisadas. O *Jornal Nacional* também reforçou o papel de mediador entre os fatos e a audiência ao exibir reportagens sobre as consequências de campanhas de difamação online que buscaram associar Marielle a um traficante carioca. Entre elas, a reportagem de Mônica Teixeira, em 19 de março: “Uma postagem que se multiplica pelas redes sociais na velocidade de um simples toque dos dedos. E cria uma onda de boatos, informações falsas e calúnias” (Figura 8).

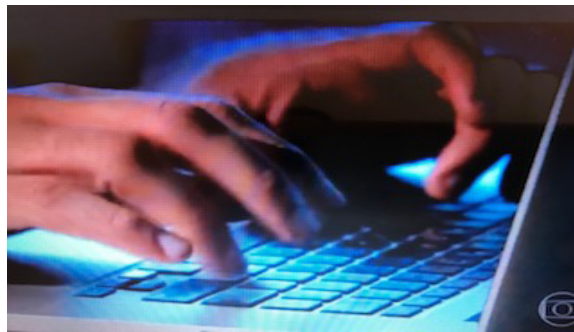


Figura 8: JN (19/03/2018)

Em contraponto às notícias falsas, as edições analisadas revelaram detalhes exclusivos do jornalismo da Rede Globo sobre o crime e as investigações policiais, como o depoimento da assessora de imprensa da vereadora, única sobrevivente do ataque, a informação de que a munição usada pelos atiradores foi desviada da Polícia Federal e imagens da perseguição ao carro das vítimas.

Fragmentação

Observamos neste princípio de enunciação a sequência das notícias no espelho (roteiro) do telejornal, verificando de que forma a distribuição dos conteúdos interferiu no entendimento da complexidade da execução de uma defensora dos Direitos Humanos.

Percebemos que os textos verbais trataram o crime como um fato político, com a “intenção de calar a voz de Marielle” (reportagem de 15 de março de 2018). O depoimento do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, general Richard Nunes, na reportagem de Lília Telles, em 29 de março de 2018, confirmou a hipótese de motivação política: “Não há dúvida de que a atuação política dela, o que ela representa politicamente, não só no momento, mas até no futuro o que ela poderia representar, indica que a gente deve ter um olhar mais apurado nessa direção, né? Então, isso é inegável”. No entanto, em 16 de março, reportagem de Mônica Teixeira na editoria de polícia apresentou a notícia do aumento de homicídios no Rio de Janeiro, fazendo um compilado de casos de violência e incluindo o assassinato da parlamentar. Além disso, o ordenamento do espelho das edições examinadas expôs em sequência a cobertura da morte de Marielle Franco e notícias da intervenção federal militar no estado ou de tiroteios. Portanto, apesar do tratamento da cobertura do crime como fato político na maior parte das edições, a fragmentação associou-o à temática da violência no Rio de Janeiro, dificultando a compreensão das questões relacionadas ao assassinato.

Dramatização

Neste princípio enunciativo, verificamos os aspectos que aproximaram a narrativa ao texto da ficção, despertando emoções.

Imagens dos rostos de manifestantes chorando e se abraçando expressaram a tristeza provocada pelas mortes. Tal sentimento foi reforçado por textos verbais, como na reportagem de Danilo Vieira, em 16 de março: “Hoje à tarde, amigos e colegas dela se reuniram para um aperto de mão, um abraço forte, algumas palavras. Qualquer coisa capaz de oferecer algum conforto num momento agudo de tristeza” (Figura 9).



Figura 9: Populares se abraçam durante vigília (JN – 16/03/2018)

A mesma reportagem encerrou com um videoclipe de imagens cuidadosamente selecionadas, remetendo à linguagem poética das imagens, e caracteres do texto de poema recitado pela escritora Conceição Evaristo: “É no espaço de nossa dor que desenhamos a sua luz-mulher, Marielle Franco, as pontas de sua estrela enfeitarão os dias que ainda nos aguardam” (Figura 10).



Figura 10: Videoclipe com poema (JN – 16/03/2018)

Na mesma data, a transcrição de uma postagem de rede social voltou a apresentar a figura de linguagem da personificação, mais usada no gênero literário: “A Maré perdeu uma filha. O conjunto sangra [ênfase adicionada], com suas 16 favelas e seus 147 mil moradores” (Figura 11).

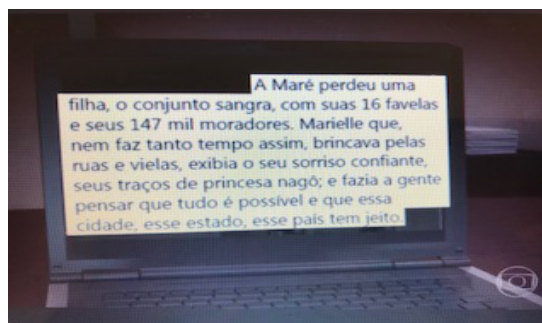


Figura 11: Arte com transcrição de postagem da internet (JN – 16/03/2018)

A aproximação ao discurso poético tanto no tratamento das imagens quanto na forma verbal incorpora ao grande texto do telejornal o caráter emocional das funções poética e emotiva da linguagem, aquelas centradas na elaboração cuidadosa da mensagem, buscando a expressão de sentimentos (Jakobson, 2010).

Definição de Identidades e Valores

Buscamos as marcas enunciativas que indicaram os valores relacionados às notícias e o modo como os conflitos foram avaliados.

A composição dos elementos da narrativa audiovisual expressou a importância da elucidação do crime e cobrou das autoridades. Enumeramos os exemplos.

17 de março: “Quem teve a ousadia de calar Marielle Franco?”.

20 de março: “. . . até agora a polícia não apresentou nenhuma resposta sobre quem matou, quem mandou matar e quais foram os motivos”.

21 de março: “A família tem vivido dias de muita emoção e expectativa. Estão todos preocupados com os poucos resultados apresentados pela investigação até agora”.

22 de março: “São oito dias de dor, de cobranças, de espera por justiça”.

23 de março: “Quem matou, quem mandou matar e por que ela foi assassinada?”.

24 de março: “As famílias esperam que a polícia esclareça: quem são os assassinos, quem mandou matar e quais os motivos”.

26 de março: “E as principais perguntas sobre o crime estão sem resposta”.

27 de março: “Até agora a polícia do Rio não divulgou nenhuma informação sobre os responsáveis pelos assassinatos da vereadora”.

28 de março: “A polícia não dá qualquer declaração sobre o andamento das investigações”.

O *Jornal Nacional* ainda valorizou a história de superação da vereadora. Em 16 de março, o repórter Danilo Vieira apresentou texto verbal que associava a trajetória de Marielle Franco aos contos de ficção, enquanto a imagem mostrava, ao fundo, o Palácio Pedro Ernesto, onde uma faixa ostentava os dizeres “Marielle Gigante”: “A menina pobre que entrou no Palácio. Parece ficção, mas a verdade é que a menina pobre em questão entrou nesse Palácio não para viver uma fantasia, mas para exercer o seu mandato. Alguns podem dizer que agora essa história terminou. Mas há razões para acreditar que quando certos valores se espalham, quem lutava por eles não morre, apenas passa a existir de uma outra forma” (Figura 12).



Figura 12: Repórter em frente à Câmara Municipal com a faixa “Marielle Gigante” (JN – 16/03/2018)

Considerações Finais

Nas edições do *Jornal Nacional* analisadas, os elementos de enunciação indicaram a atenção do programa ao comportamento da audiência diante do crime. O espaço de destaque ocupado pela cobertura do assassinato e o reconhecimento do trabalho da vereadora, percebidos durante as pesquisas quantitativa e qualitativa, podem ser atribuídos não apenas aos critérios de noticiabilidade do fato, mas principalmente à tentativa de aprofundamento do vínculo do telejornal com a audiência. Como o telejornalismo fala para um certo público, a audiência presumida

(Vizeu, 2005), entendemos que esse telespectador idealizado também orienta a seleção, a hierarquização e o tratamento das notícias. As diversas manifestações populares e a grande repercussão do crime nas mídias sociais, observadas no contexto em que a narrativa do *Jornal Nacional* foi produzida, evidenciaram o envolvimento da audiência com o fato.

Dessa forma, o telejornal manteve o “contrato de comunicação” com a audiência. Segundo Charaudeau (2006), os veículos de comunicação precisam ser capazes de preservar a credibilidade e, com isso, garantir a autorização do público para falar, ou melhor, garantir o direito de produzir sentidos. Assim, o telejornal assume um papel de defensor dos direitos humanos e da democracia, mantendo a cumplicidade com uma parcela significativa da audiência e funcionando como importante fonte de conhecimento do cotidiano. Portanto, a narrativa construída preserva o lugar de referência (Vizeu, 2009) da TV diante da atual diversidade de mídias.

Além desse aprofundamento do vínculo, constatamos que o *JN* buscou reforçar a função de mediação do telejornalismo ao refutar fake news de forma didática e ao tomar para si a intermediação com o poder público na cobrança pela elucidação do crime. A utilização de elementos da linguagem da internet nos enunciados estabeleceu ainda certa articulação entre TV e mídias sociais, uma relação de complementaridade, e não de antagonismo. A partir do contexto de uso das plataformas digitais como espaço de disputas argumentativas, o *Jornal Nacional* buscou também maior participação na produção de sentidos em torno da execução de uma defensora dos direitos humanos, construindo uma narrativa em que a motivação política para o crime prevaleceu.

Atenta às recentes transformações sociais, a narrativa do *JN* funcionou como um código negociado ao abandonar o discurso hegemônico dominante de exclusão e subalternidade das camadas populares e valorizar a mulher negra, homossexual, nascida na periferia, que chegou à Câmara Municipal com votação expressiva. É a jornada do herói, adotada na publicidade e na literatura: uma moradora da favela que enfrentou obstáculos e venceu na vida para cumprir uma missão social. Por meio das combinações entre imagens e palavras, as reportagens e transmissões ao vivo atribuíram sentido ao assassinato e à figura da vítima, concebendo uma representação simbólica da parlamentar carioca.

O telejornal, contudo, jamais dera espaço às lutas da vereadora antes de sua morte e nem sequer possuía imagens suas nos arquivos. O destaque dado a Marielle após o crime inseriu-se em uma estratégia de valorização, em que a vereadora foi apresentada como um símbolo, uma heroína capaz de combater “todo tipo de desigualdade e injustiça” e até mesmo de transcender à própria morte, “passando a existir de uma outra forma” como uma “Marielle Gigante” (Figura 13).



Figura 13: Fachada da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (JN – 16/03/2018)

Na literatura, a criação discursiva do herói envolve atributos como a imortalidade e a superação de conflitos morais e éticos (Magalhães et al., 2007). Se analisarmos a figura do herói como produto cultural, presente no imaginário desde a Antiguidade, seja como deus ou mito, constatamos que ele é carregado de certa subjetividade, que o distancia do mundo real. A “Marielle Gigante” construída na narrativa do *Jornal Nacional* superou conflitos e transcendeu suas lutas cotidianas, imortalizando-se, como os heróis da literatura. Mas não é exemplo a ser seguido, pois, como heroína martirizada, deixou de habitar o mundo dos vivos.

Para quem permanece no mundo real, fora da grande narrativa consolidada no *JN*, ficou o recado de um morador da favela da Maré, em entrevista no telejornal de 15 de março: “. . . nós não somos ouvidos. Quando nós vamos ser ouvidos, calam as nossas bocas, calam as nossas vozes”. Uma referência à morte brutal da representante eleita para a Câmara Municipal, mas que também pode ser lida a partir do silenciamento e da sub-representação de fontes populares na cobertura telejornalística do caso.

Referências

Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.

Becker, B. (2012). Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: Uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. *MATRIZES*, 5(2), 231-250. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i2p231-250>

Becker, B. (2019). Análise televisual convergente: Um procedimento metodológico para leitura crítica dos processos comunicativos de telejornais e programas televisivos. *Galáxia*, (42), 69-81. <https://doi.org/10.1590/1982-25532019339781>

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2012). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes.

Bertoni, C. (2018). *Marielle Franco: Análise cultural da produção de sentido das reportagens do Jornal Nacional e Fantástico* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório institucional da UFU. <https://bit.ly/3Fu3ynu>

Bruns, A. (2011). Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: Novos desafios para o jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 7(2), 119-140. <https://doi.org/10.25200/BJR.v7n2.2011.342>

Chagas, L. J. V. (2019). *Entre fontes e jornalistas: A seleção das vozes na construção das notícias na BandNews e na CBN* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Uerj. <https://bit.ly/3w6p3GU>

Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias*. Contexto.

Coutinho, I., & Marino, C. (2019). Um oceano de silêncio: Análise das representações sociais de gênero no telejornalismo brasileiro. *Contracampo*, 28(2), 8-22. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v38i2.28446>

Fechine, Y. (2013). Televisão, digitalização e produção de conteúdos: A importância dos gêneros. In L. Seixas & N. F. Pinheiro (Orgs.), *Gêneros: Um diálogo entre comunicação e linguística* (pp. 195-217). Insular.

Grupo de Mídia São Paulo. (2019). *Mídia dados 2019*. <https://bit.ly/3w8NaEO>

História. (2022). *Memória Globo*. <http://glo.bo/3sEJ4DB>

Jakobson, R. (2010). *Linguística e comunicação*. Cultrix.

Jost, F. (2009). O que significa falar de “realidade” para a televisão? In I. M. M. Gomes (Org.), *Televisão e realidade* (pp. 13-30). UFBA.

Machado, A. (2003). *A televisão levada a sério*. Senac.

Magalhães, H. G. D., Silva, L. H. O., & Batista, D. J. (2007). Do herói ficcional ao herói político. *Ciências & Cognição*, 12, 18-30.

Morte de Marielle Franco mobiliza mais de 1,16 milhão de menções no Twitter, aponta levantamento da FGV DAPP. (2018). *FGV Dapp*. <https://bit.ly/3sirxAB>

No Facebook, 75% das reações à morte de Marielle Franco destacam luto. (2018). *FGV Dapp*. <https://bit.ly/3kJ3iHT>

Oliveira, W. J. *Análise do discurso do Jornal Nacional: Um estudo de caso de como o negro brasileiro é apresentado no telejornal* [Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário Tabosa de Almeida] Repositório institucional Unita. <https://bit.ly/3wcqzW>

Princípios editoriais do Grupo Globo. (2011). *G1*. <http://glo.bo/3ylGvKg>

Santos, M. S., & Bandeira, J. S. (2019, 29 e 30 de outubro). *Quem foi a Marielle Franco noticiada no Jornal Nacional? Uma análise da cobertura do telejornal sobre o assassinato da vereadora* [Apresentação de trabalho]. XI Encontro Internacional de Produção Científica, Maringá, PR, Brasil. <https://bit.ly/3FrqPXj>

Vizeu, A. (2005). *O lado oculto do telejornalismo*. Calandra.

Vizeu, A. (2009). O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Famecos*, 16(40), 77-83. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2009.40.6321>

Williams, R. (2016). *Televisão: Tecnologia e forma cultural*. Ed. PUC-Minas.